



# PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883, caixa postal 11, CEP 87980-000, FONE 3436-1659.

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

## PARECER JURÍDICO

### I RELATÓRIO

Trata-se de anteprojeto de lei nº 024/2021 de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal visando alterar o artigo 49 e acrescentar o artigo 49-A na Lei Municipal nº 85/90.

O anteprojeto de lei encontra-se acompanhado do ofício nº 085/2021 oriundo do Senhor Prefeito Municipal e de sua Mensagem, onde tais informações foram colhidas pelo Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, hospedada no site oficial da Câmara Municipal de Itaúna do Sul.

É o breve relatório.

### II FUNDAMENTAÇÃO

A iniciativa da presente propositura restou demonstrada, nos termos do art. 47, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, sendo exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

No caso em tela, observa-se pela leitura do anteprojeto de lei nº 024/2021 que este pretende altear o texto legal em vigor da Lei Municipal nº 85/90, e para tanto, necessário se faz ser analisada a presente proposição por essa Casa de Leis, no formado de Projeto de Lei, conforme dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, art. 1º, §4º que assim prevê:

“Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

(...)

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.”

O §4º, do art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657 de 1942 exige que eventuais correções de texto legal em vigor só podem ser feitos mediante a criação de nova lei, e para ser criada nova lei ela deve nascer de uma propositura, que no presente caso é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, conforme se infere pela Lei Orgânica Municipal, e ser analisada pelos nobres representantes do Poder Legislativo.



## PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883, caixa postal 11, CEP 87980-000, FONE 3436-1659.

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

A Lei Municipal nº 85/1990 dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Município, das autarquias e das fundações municipais, conforme consulta pelo site do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, vez que infelizmente, essa Procuradora Jurídica não encontrou tal norma no site oficial dessa Casa de Leis, oportunidade, que os nobres edis devem providenciar a inclusão dessa lei junto ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo dessa Casa de Leis, o quanto antes para o bem de todos.

Quanto ao teor da alteração do texto legal, conforme dispõe a Mensagem do senhor Prefeito Municipal este pretende amoldar à Lei Federal nº 14.131/2021, pois consta na presente lei municipal o seguinte:

"ART. 49º - Salva par imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Mediante autorização do servidor poderá ser efetuado desconto de sua remuneração em favor de entidade sindical excetuada a contribuição sindical obrigatória prevista em seu estatuto."

Observa-se que o art. 49 da Lei Municipal nº 85/90 não consta percentual de eventuais descontos sobre suas remunerações, já o texto do projeto de lei nº 24/2021, busca, alterá-lo para:

"Art. 49 – Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único – Mediante autorização do servidor poderá ser efetuado desconto de sua remuneração:

I – Em favor de entidade sindical;

II – Amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito, até o percentual máximo de 5% (cinco por cento), ou;

III – Utilização com finalidade de saque por meio de cartão de crédito, até o percentual de 5% (cinco por cento);

IV – Para Contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 30% (trinta por cento)."

Constata-se que o presente anteprojeto de lei nº 24/2021 busca acrescentar o percentual de desconto sobre a remuneração do servidor público para fins de operações de crédito até o limite de 30 % (trinta por cento), isso quando o serviço expressamente autorizar. Nesse sentido é o entendimento do STJ, observe:

"É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que eventuais descontos em folha de pagamento, relativos a empréstimos consignados tomados por servidor público, estão limitados a **30%** (trinta por cento) do valor de sua **remuneração**". (AgRg no RMS 29.988/RS,





## PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883, caixa postal 11, CEP 87980-000, FONE 3436-1659.

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

Rel.Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/06/2014, DJe 20/06/2014)."

Entende o STJ - Superior Tribunal de Justiça que para preservar o caráter alimentar da remuneração do servidor público e levando em conta o princípio da razoabilidade, o percentual de descontos devem ser limitados a 30% (trinta por cento), sendo mais 05% (cinco por cento) para amortizações de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou utilização de saque por meio de cartão de crédito.

Por outro lado, na atual conjuntura que o país e o restante do mundo está passando, com a pandemia do Coronavírus, decorrente da COVID-19, a Lei Federal nº 14.131/2021, em seu art. 1º é clara no sentido de permitir até a data de 31 de dezembro 2021 os descontos facultativos das remunerações dos servidores públicos sobre consignação em pagamento possam ultrapassar o percentual corriqueiro de 30 % (trinta por cento) para 35 % (trinta e cinco por cento), conforme se observa pela intenção do anteprojeto de lei nº 24/2021, por meio do acréscimo do art. 49-A junto à Lei Municipal nº 85/90 que assim prevê:

"Art. 49-A – Até 31 de dezembro de 2021, o limite a que refere o inciso IV, do artigo 49 desta lei, será de até 35% (trinta e cinco por cento), mais 5% (cinco) para Amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito, ou utilização com finalidade de saque por meio de cartão de crédito, mantido estes percentuais unicamente para as operações contratadas até a data referida, voltando a vigor, após esta data, os percentuais limites a que se referem os incisos II, III e IV do art. 49 da Lei 85/90".

O aumento da margem consignável de empréstimos após a aprovação da Lei Federal nº 14.131/2021 com um percentual maior até 31 de dezembro de 2021 encontra respaldo na Constituição Federal, devendo por meio do juízo político dos nobres vereadores observarem a eventual conveniência e oportunidade de modificar ou não.

O presente anteprojeto de lei não gera impacto financeiro para a Administração Pública, oportunidade que se observa não ser necessária sua análise perante a Comissão de Finanças e Orçamento dessa Casa de Leis.

No que tange à urgência do presente projeto de lei observa-se que restou justificada na Mensagem do Senhor Prefeito Municipal onde constou que os servidores municipais estão passando por problemas financeiros, como a maior parte das famílias brasileiras devido à pandemia da COVID-19, onde as operações de crédito pessoais são necessárias para minimizar a falta de planejamento financeiro, inclusive amoldar a lei municipal à legislação federal em curso, todavia, cabe aos nobres edis a faculdade de manterem ou não a urgência, bem como adentrarem ao mérito do presente projeto de lei.

Em relação à forma de votação do presente anteprojeto de lei deverá ser em conformidade com o Regimento Interno, caso seja mantida a urgência. Vejamos:





# PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883, caixa postal 11, CEP 87980-000, FONE 3436-1659.

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

O presente projeto de lei demonstra tratar-se de projeto de lei ordinária, como são a maioria de nossas leis brasileiras, cuja votação será por meio de maioria simples, ou seja, será aprovado o presente projeto de lei se a maioria dos vereadores presentes na votação serem a favor do projeto de lei, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, devendo estar presente pelo menos um terço dos vereadores, nos termos do artigo 155, *caput*, do Regimento Interno.

O processo de votação deverá ser simbólico, nos termos do artigo 195, §1º combinado com o artigo 196, ambos do Regimento Interno, qual seja de contagem simples dos votos, onde o Presidente irá informar para que os vereadores que são a favor do projeto devem permanecer sentados e os vereadores que forem contra o projeto de lei devem levantar.

Por ser em caráter de urgência, terá apenas uma única discussão, nos termos do artigo 176, inciso II, do Regimento Interno.

### III PARECER

Em análise, de cunho estritamente jurídico, constatou-se que o anteprojeto de lei nº 024/2021 encontra-se em conformidade com as normas estabelecidas na Constituição Federal e demais leis infraconstitucionais. Desta forma, analisados os pontos já elencados, encontrando-se cumpridos, esta assessoria jurídica não vislumbra indício de ilegalidade ou inconstitucionalidade neste projeto de lei, sendo este um parecer técnico, de cunho jurídico, que de modo algum vincula o plenário da Casa de Leis ou o julgamento a ser realizado pelos egrégios vereadores.

É o parecer.

Sala da Assessoria Jurídica, 14 de maio de 2021.

Fernanda Roberta Sasso Mello

Procuradora Jurídica

OAB-PR 52.008